

a aliciante problemática dos limites e das fronteiras do «religioso» durante a época moderna. Apesar de se encontrar presente ao longo da obra, esta questão, pela sua importância, talvez merecesse uma discussão mais detalhada, uma vez que, em certas áreas, essas fronteiras eram tudo menos óbvias. A respeito deste ponto, refira-se que se torna muito vantajoso articular a leitura desta obra com a consulta de alguns dos artigos do *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dirigido pelo Professor Carlos Moreira de Azevedo, já que aí é possível encontrar tratamentos especializados dessas matérias. É de resto provável que a possibilidade de colocar em diálogo estas duas obras tenha estado presente na concepção do volume *Humanismos e Reformas*.

Por último, uma interrogação de fundo: qual é o ponto de vista assumido por esta obra? Estamos perante uma história religiosa do Portugal moderno, ou de uma história da religião católica e das suas relações com as demais confissões no Portugal da época moderna?

Concluindo, queríamos sublinhar que estas observações não afectam a excelente qualidade desta obra. Numa visão de conjunto, diríamos que este livro tem o grande mérito de abordar a problemática da identidade religiosa em todo o seu dinamismo e complexidade. *Humanismos e Reformas* encara o Cristianismo não propriamente como uma realidade atemporal e essencialista, mas sim como um fenómeno possuidor de uma configuração historicamente determinada, em constante mutação e em permanente diálogo com os demais sistemas de crença com ele coexistentes. Por isso, e por tudo o que acabámos de referir, não hesitamos em afirmar que, doravante, constitui uma referência obrigatória no panorama historiográfico português.

Pedro Cardim

Departamento de História - FCSH - UNL

*HISTÓRIA Religiosa de Portugal*. Dir. de Carlos Moreira Azevedo. Vol. 3: *Religião e Secularização*. Coord. de Manuel Clemente; António Matos Ferreira. Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, 584 p.

O volume 3º da *História Religiosa de Portugal*, coordenado por Manuel Clemente e António Matos Ferreira, comporta cinco estudos, da autoria de António Matos Ferreira, Luís Aguiar Santos, Manuel Clemente, Nuno da Silva Gonçalves e Paulo F. de Oliveira Fontes.

Este volume centra-se sobre a “lancinante questão” – *Religião e Secularização*.

A secularização constitui-se, de forma dominante, num processo de progressiva e relativa perda de pertinência social do religioso. Mas, toda a questão da soberania política é inevitavelmente confrontada com o fenómeno religioso. Assim sendo, as relações Igreja/Estado representam um elemento intrinsecamente ligado a cada configuração nacional nas suas particularidades culturais e sociopolíticas. Releve-se, todavia, o reconhecimento do pluralismo religioso.

Obra com aspectos metodológicos e temáticos inovadores, esta publicação é de inquestionável oportunidade hoje. E se nela se retomam temas vários, alguns deles já sistematicamente abordados em obras representativas da nossa historiografia, a verdade é que esta *História Religiosa de Portugal*, vol. 3º, leva necessariamente o leitor a reflectir,

a analisar e a tentar compreender o fenómeno religioso, as inovações, as lacunas e a sua evolução histórica no quadro conjuntural do Portugal contemporâneo, parte de um todo que é a nossa História.

Num período excepcional de aberturas políticas e de necessários aprofundamentos das diferenças culturais e institucionais, a Europa do século XXI coloca as Igrejas face a um novo desafio – o universal. No coração de uma Europa das diferenças, confrontada com o problema da construção da sua unidade, as Instituições Religiosas reencontram-se com o problema da especificidade cultural das Religiões. Estas são duplamente importantes na dinâmica de uma intensa recomposição das suas forças e das suas estruturas civilizadoras. Dinâmica essa que implica um constante esforço para reconhecer e articular inúmeros pluralismos geográficos, económicos, políticos, culturais e religiosos. Mas, para que uma civilização se torne universal, é necessário que ela encontre as suas matrizes excepcionais, particulares, isto é, localizadas no seu universalismo.

No que concerne à unidade de tempo, o volume 3º da *História Religiosa de Portugal*, como se afirma desde logo na *Introdução Geral*, da autoria de D. Manuel Clemente e de António Matos Ferreira, apresenta uma síntese sobre a história religiosa no Portugal contemporâneo (séculos XIX-XX). Se a questão das relações entre religião e sociedade não deixa de ser equacionada ao longo da sequência temática que esta obra apresenta, é lógico que os termos, a linguagem, foram sofrendo notórias mudanças.

Os regimes políticos, como bem registam os autores, mudaram e evoluíram também. A religião, ela própria, foi-se transformando. O catolicismo conheceu, como é detalhadamente explanado, fases diversas. As fronteiras, com as suas linhas de demarcação das ingerências mútuas – Igreja-Estado –, foram-se alterando, de tal maneira, que a instância religiosa se transformou num braço do poder civil.

De que forma, e em que medida, a religião exerceu a sua influência mais determinante, ou mais restrita, na conduta dos homens, no caminho da sociedade portuguesa? Os pontos de discórdia ou até de fricção não foram sempre os mesmos ao longo do período contemporâneo. E as mudanças da relação entre religião e sociedade que sentido têm? Por outras palavras, obedecem a uma lógica. Qual?

Por outro lado, assistiu-se ao fenómeno da secularização concretizado numa perda de influência paulatina do religioso, especialmente nos meios urbanos.

A Revolução Francesa abriu uma brecha no edifício tradicional das relações entre Igrejas e sociedade. E esta questão ressurgiu, por vezes, com assinalável impacto e interfere nas posições políticas. A sua evolução, com metamorfoses, constitui ainda um tema nodal da nossa história contemporânea.

Como bem se sabe, a “questão religiosa” é um aspecto de um problema mais vasto, entenda-se – entre o facto religioso em toda a sua complexidade e a sociedade no seu conjunto e não apenas na sua expressão política.

Neste quadro, em Portugal, a instauração do regime liberal foi acompanhado de um profundo debate sobre a religião. Esta temática é desenvolvida e bem fundamentada por António Matos Ferreira no capítulo sobre *Desarticulação do Antigo Regime e guerra civil* (pp.21-35).

O clero regular colocou também problemas específicos. Deste modo, em Portugal, o regime das congregações religiosas foi alvo de litígio, de sérias controvérsias, de acaloradas polémicas. Por um lado, porque eram suspeitas de serem instrumentos de uma política de inspiração estrangeira, ao contrário do clero secular; por outro lado, por razões de

ordem material. Daí o facto de os governos liberais, numa linha secularizadora, terem tomado disposições para controlar e limitar a acção congregacionista. A política religiosa dos governos liberais provocou resistências e suscitou protestos por parte dos sectores mais tradicionalistas da sociedade portuguesa. Ora, este tema – congreganismo/anti-congreganismo – sugerido na análise de Matos Ferreira, é de relevante importância, como bem se sabe, durante todo o século XIX.

Uma outra consideração fundamenta o princípio que um Estado é tanto mais unido e durável na base de uma unanimidade de valores comuns, que não decorrem senão da religião. Daí que se sustente a adequação entre religião e nação, entre fidelidade religiosa e patriotismo. Nesta base, António Matos Ferreira argumenta, na sua análise sobre *A constitucionalização da religião* (pp. 37-60) que o Estado português se assume oficialmente como um Estado confessional e a Igreja Católica, como escreve, “passou, pouco a pouco de uma posição crítica de rejeição a uma colaboração directa com o próprio regime liberal”.

No entanto, paralelamente à secularização das consciências, sobretudo na segunda metade do século XIX, em particular a partir dos anos 70, alguns sectores da Igreja Católica protagonizaram uma política interveniente perante um “novo paradigma de responsabilidade católica”, como explicita o autor.

As transformações sociais e os progressos técnicos fizeram surgir um mais empenhado movimento associativista católico e florescer uma mais variada imprensa confessional (boletins, quotidianos de opinião, etc). Era também o momento propício à realização de congressos, à criação de associações, à formação de círculos católicos, como bem enuncia o autor deste capítulo, demonstrando como a encíclica *Rerum Novarum* (1891) deu um novo enquadramento a toda a dinâmica social da Igreja e dos católicos leigos.

A questão romana continuou a pesar nas relações internacionais e naturalmente teve ressonância em Portugal num período conturbado da vida política portuguesa. A “radicalização da vida nacional” (1890-1910), a questão colonial, o recrudescimento do nacionalismo republicano a par do nacionalismo católico, as divisões e confrontos entre católicos, levam a concluir, de forma muito clara, como o faz Matos Ferreira, «que o movimento católico unira no terreno social católicos diferentemente posicionados a nível político». Significa isto uma tomada de força ou, pelo contrário, a procura de um reforço necessário num processo de dinâmica, sim, mas ainda muito fragilizado?

Questões pertinentes podem decorrer desta boa síntese de António Matos Ferreira e que suscitarão, por certo, o aprofundamento de temáticas várias, como, por exemplo, as relações entre *Religião e Nação*. Relações estas de concorrência, ou, ao invés, de interdependência?

No estudo de D. Manuel Clemente, sobre *A vitalidade religiosa do catolicismo português: do Liberalismo à República*, foca-se a evolução do processo de laicização que se acentua a partir dos anos 20 de Oitocentos. Não será antes um processo de secularização? É verdade que os liberais não alimentavam hostilidade contra a religião. Eles eram naturalmente ciosos em preservar a liberdade de consciências e a independência do Estado. Apesar das tensões políticas do crescente movimento anticongregacionista, apesar da relação sociedade-crença se ir alterando, apesar das relações difíceis entre Portugal e a Santa Sé, o Estado católico não se alheou da religião. Porém, depois dos acontecimentos de 1848, com Pio IX condenam-se todas as formas de inovação na Encíclica *Quanta Cura* e no *Syllabus errorum* (1864). A orientação que o papado imprime ao catolicismo faz o jogo

dos seus adversários mais irredutíveis. Nesta configuração, os temas da secularização tomam um sentido novo.

D. Manuel Clemente descreve fundamentadamente como neste quadro o catolicismo português mantém alguma criatividade no que concerne às práticas espirituais, ao associativismo católico e, muito em particular, à atitude e à acção dos leigos.

Enriquecem este estudo as significativas e diversificadas análises apresentadas, positivas e negativas, de autores leigos anticlericais, de escritores católicos e as apreciações de vários eclesiásticos. São pertinentes e sugestivos depoimentos que permitem compor o quadro do catolicismo português oitocentista, que revelam as suas debilidades, as suas resistências, mas também a sua criatividade.

A referência à literatura de cariz religioso, para além dos temas, polémicas e da “criatividade” catequética sugere e desperta a atenção do historiador e do investigador para alguns aspectos que podem e devem ser complementados com estudos a desenvolver neste âmbito – sobre autores, alguns bem pouco conhecidos, sobre escritos, sobre obras, sobre a “boa imprensa”. A escola, o ensino e a Igreja e as suas inter-relações são igualmente temas que se revestem de inquestionável importância. Eles sugerem, por certo, outros estudos a realizar. Até que ponto, no século XIX, em Portugal, a história das relações entre religião e instituição escolar marcaram compasso em função dos acontecimentos políticos, dos progressos da secularização, e do ritmo das evoluções políticas?

A etapa última do longo processo de dissociação da religião com a sociedade não poderia consumir-se senão pela ruptura dos últimos laços que unem o Estado às Igrejas, isto é, na separação. A República francesa, como bem se sabe, levou ao limite extremo a lógica da secularização e de laicização.

Em Portugal, as fortes convulsões resultantes da implantação da República em 1910 arrastaram consigo uma forte onda de anticlericalismo, mas, por outro lado, e documenta-o com clara e segura fundamentação Paulo Fontes, regista-se também a reacção à política laicizadora da I República. O autor do estudo sobre *O catolicismo português no século XX: da separação à democracia* desenvolve circunstanciadamente toda a acção e esforços encetados no sentido de reorganização do movimento católico face à separação do Estado das Igrejas. Ao reflectir sobre as continuidades e rupturas nesse processo de resistência do catolicismo português, o autor procede, de forma muito explícita, a uma detalhada análise dentro de um quadro de periodização dos três grandes impulsos: de 1911 a 1926, ano da realização do Concílio Plenário Português; no pós II Guerra Mundial, pela resposta recristianizadora perante o movimento de descristianização, projecto de renovação do catolicismo que tem o seu clímax com a realização do Concílio Vaticano II (1962-1965); num terceiro momento, coincidente com a revolução democrática de 25 de Abril de 1974, a consequente democratização, o reconhecimento das liberdades, a descolonização, a integração na União Europeia, ou seja, como afirma, o período de «reafirmação de uma identidade católica que parecia em crise».

Ao longo deste estudo, propõe-se uma leitura das permanências e das linhas de continuidade do catolicismo português, bem como das suas rupturas. Faculta-se ao leitor um exame minucioso da formação, das novas sociabilidades, da acção e dos movimentos sociais e aponta-se como o catolicismo procurou a sua revitalização na crise e a sua paulatina metamorfose de objectivos. Ilustra o seu discurso com expressões que se foram adaptando à própria realidade do país durante o século XX: «reconquista cristã da sociedade», «cristianização», «evangelização», «recristianização».

Nas reflexões sobre os paradigmas e a afirmação do catolicismo na modernidade, equaciona-se a actualidade nacional e a internacional e demonstra-se como no decurso do

século XX, perante o processo de secularização da sociedade e de laicização de muitas instituições, a vitalidade do catolicismo se traduziu num largo espectro de iniciativas. Particular atenção é dada ao protagonismo do episcopado, à criação de movimentos católicos – entre eles dá-se relevância à Acção Católica Portuguesa (1933) – aos Centros Académicos de Democracia Cristã (CADC) – o de Coimbra, em 1901 – às Juventudes Católicas e às múltiplas associações de apostolado, de assistência, de ensino, etc..

De igual modo, a manifestação da espiritualidade, as formas de religiosidade, as práticas das crenças constituem um bom campo de análise. Na tessitura do enquadramento religioso e eclesial das populações – do mundo urbano e do mundo rural – os cultos, as aparições de Fátima, as devoções e formas de piedade – são manifestações de religiosidade popular em tempos em que as estruturas eclesiais católicas se encontravam ainda fragilizadas. Assim, a reorganização da vida interna da Igreja era um imperativo. E o autor justifica como ela se vai processando, mas nunca de forma instantânea e muito menos uniforme. Três grandes eixos são desenvolvidos no processo de consolidação de uma unidade interna, da autonomia organizativa e do impacte na sociedade, nas décadas de 30 a 50. Mas as transformações ocorridas no pós II Guerra Mundial exigiriam a adaptação dos modelos da “nova cristandade” e, por isso mesmo, da mudança de linguagem. A esta luz vinga, então, a ideia e a prática da «recristianização». Neste quadro, salientam-se as medidas práticas dessa tomada de consciência, das fragilidades do catolicismo, logo, do necessário esforço de renovação: a formação das novas gerações – através da família, da educação, da escola; a reorganização dos seminários e das congregações religiosas; o desenvolvimento das “missões populares”; a renovação do movimento catequético; a renovação pastoral: no discurso, na comunicação social (imprensa, rádio, cinema, televisão), na arte, em geral, e arte sacra, em particular (I Congresso Nacional de Arquitectura Sacra, Itália, 1955), na valorização e restauração da música.

Mas esta acção, esta dinâmica, estas preocupações seriam apanágio de uma unidade? De facto, elas visavam teoricamente esse objectivo mas, como bem justifica Paulo Fontes, na segunda metade do século XX existe uma “diversidade de perspectivas que atravessam o catolicismo português”. Acrescenta ainda que a revitalização religiosa neste período se deve, também, e de forma muito relevante, ao empenhamento dos leigos. Lembra, assim, a importância dos organismos ligados à Acção Católica Portuguesa, outros ligados às congregações religiosas, outros ainda imbuídos de novas perspectivas mais consonantes com as necessidades religiosas e realidades sociais. Sublinhe-se, no entanto, que o projecto de união dos católicos começava a desfazer-se nos fins dos anos 50. É neste contexto que se explica, por exemplo, a carta de D. António Ferreira Gomes a Salazar (1958).

Pode perguntar-se: de que forma o impacte eclesial do Concílio Vaticano II, por um lado, e, por outro lado, as tensões que atravessavam a sociedade portuguesa, nos fins dos anos 60 e em 70, se conjugaram e deram alento a sectores católicos apostados na mudança social e eclesial em Portugal?

A análise do itinerário das relações da Igreja Católica com o Estado e dos católicos com a democracia política, como bem se demonstra, permite verificar que esta evolução não foi de modo algum linear. São por si bem elucidativos os indicadores – em quadros, em mapas, em estatísticas – sobre a prática religiosa, sobre os novos horizontes pastorais. E neste contexto, por fim, o autor interroga, analisa e responde a esta questão nodal: como se coaduna a liberdade religiosa, a pluralidade cultural e o avanço do processo de secularização da sociedade portuguesa?

Parece-nos que seria importante referir com maior desenvolvimento as relações da Igreja e do Estado Novo.

As relações entre a Igreja e o Estado repercutem-se também na problemática missionária.

O contexto político, legislativo e ideológico do advento do regime liberal à instauração da República traçado e analisado pelo autor Nuno da Silva Gonçalves permite apreender as linhas condutoras de duas questões fulcrais que são objecto de reflexão no estudo sobre *A dimensão missionária do catolicismo português. Do Liberalismo à implantação da República* (pp. 353-368): uma – o Padroado português – as suas implicações nas Concordatas entre o governo e a Santa Sé e a envolvimento da classe política; outra – a importância da actividade missionária, intrinsecamente ligada à defesa da integridade dos territórios coloniais, face ao interesse crescente das potências europeias por África.

O autor dá uma particular ênfase às tensões que esta problemática suscitava, mormente após a Conferência de Berlim (1885), ponto alto da internacionalização da questão africana. “Diante da vastidão dos territórios confiados a Portugal (África, Oriente, Brasil), os tímidos esforços portugueses eram sempre insuficientes”. E se é verdade que a partir da década de 40 se regista um esforço mais persistente de recrutamento e de formação de missionários, datam dos anos 50 algumas iniciativas de católicos de vários quadrantes políticos, que se empenham na missionação. É pertinente a importância dada à Sociedade de Geografia de Lisboa (1875) que releva, no âmbito das questões coloniais a inquestionável importância das missões. Urge, no entanto, a questão: esta dinâmica institucional e o empenho dos católicos e das suas associações teriam dado os desejados proventos?

A Lei da Separação do Estado das Igrejas (20 de Abril de 1911) estabelecia também o divórcio entre a República e as missões. Tal decisão comprometia a acção dos missionários, pois só ao clero secular competiria essa “função civilizadora”. Todavia, muito cedo, os políticos republicanos compreenderam o alcance das missões religiosas e foram tomadas medidas no que diz respeito à legislação de modo a permitir uma vida missionária mais profícua. Registaram-se avanços e, com o advento do Estado Novo, ampliou-se essa evolução.

A questão do Padroado continuava, no entanto, a não ser pacífica como bem documenta o autor. Porém, a Concordata de 1940 e o Acordo Missionário pretenderam consolidar a “dimensão nacional das missões”. São assim elucidativos os dados quantitativos dos institutos religiosos masculinos e femininos que se foram empenhando na vida missionária, mas, neste campo, regista também o autor, há que prosseguir os estudos, mormente nos arquivos dos institutos missionários e do Ministério do Ultramar. Uma vasta área de pesquisa ainda a desbravar...

E os leigos? Que lugar têm e em que medida incentivaram a “dimensão missionária” do catolicismo português? Que género de missionação? Missionação externa – a presença evangelizadora no ultramar português – e missionação interna – missão recristianizadora nos meios descrentizados? Saliente-se sobre esta problemática, e o autor alude a ela, a reflexão da Acção Católica, estudo este já iniciado por Paulo Fontes.

A acção missionária está associada até aos anos 60 à ideia de colonização, simbiose de “portugalidade e cristandade”. Ou seja, a animação missionária do país (semanas missionárias, congressos, institutos missionários, publicações, imprensa periódica, boletins, etc.) tem como objectivo, no âmbito da ideologia do Estado Novo, “a dilatação da Fé e do Império”. Lembre-se, todavia, o protagonismo, na renovação, do Concílio Vaticano II e dos movimentos de autodeterminação dos povos que puseram em causa tais convicções. São essas ideologias que o autor torna visíveis. Os sinais de crise anunciavam-se já nos

anos 50. Assim se compreende que, de facto, o Concílio Vaticano II aprofundasse as bases teológicas da missão sob o signo da eclesialidade, da visão universalista da Igreja. É ainda de acentuar, como é dito, o relançamento das missões após o processo de descolonização, sobretudo, nos anos 90, enquadrando-o na moldura da própria doutrina pontifícia, de João Paulo II, ao dinamizar a sua divulgação não só no âmbito das instituições religiosas, mas também no mundo laical.

Toda esta problemática missionária, objecto de análise e de debate nos últimos anos é ainda, parece-me, campo vasto para futuras reflexões e estudos.

Se por “religião” é habitual designar-se instituições e actores empiricamente observáveis, não é possível, todavia, afastar-se de uma acepção mais antropológica, menos marcada também pelas tradições religiosas que historicamente são consideradas. Ou seja, o investigador (historiador ou outro) não pode deixar de considerar categorias – utensilagem conceptual, como as designa o autor, Luís Aguiar Santos, no capítulo intitulado *Pluralidade Religiosa. Correntes cristãs e não-cristãs no universo religioso português*. Categorias que permitem a análise de fenómenos religiosos mais difusos e que se inserem, pois, numa sociologia do “sagrado”. Dificilmente identificáveis a partir do discurso e de representações racionalizadas, muito mais vezes revelados nos afectos e nas suas ambivalências, o sagrado e a sacralização acompanham o devir histórico.

Como é que no espaço ou no tempo, como é que nos afectos ou nos ritos, fora dos códigos confessionais clássicos, se exprime a identidade colectiva, à qual não pode faltar inteiramente qualquer aura social e sacral?

O autor parte de uma base conceptual para analisar um determinado campo religioso, caracterizando os termos “sagrado” e “profano”, partes integradoras do fenómeno religioso.

A configuração do campo religioso português tem naturalmente as suas condicionantes e o autor enuncia-as e analisa-as com clarividência. Assim, por exemplo, as tensões e as experiências entre a manifestação de uma vivência religiosa espontânea – a que alguns autores chamam *religiosidade popular* – e o enquadramento eclesiástico. Que leituras para este processo secular? Houve ou não hegemonia no universo católico português? Se houve, não foi ela que gerou novos protagonismos nas vivências religiosas? Mas a diferenciação religiosa em Portugal confrontou-se, naturalmente, com sérios obstáculos, como “a relação entre o grau de pluralismo e o grau de regulação do *mercado* religioso”. Na verdade, foi-se consolidando esse processo de diferenciação e de pluralidade desde o século XIX. Ou seja, como se transformou o “universo religioso numa realidade autenticamente plural”? A resposta é naturalmente complexa.

Na mutação do campo religioso português, como no quadro da “Europa das religiões”, a sacralização do profano e a secularização do religioso tem, como é óbvio, um impacto assinalável. Daí que o autor trace sinteticamente o percurso de famílias de pensamento simbólico como a maçonaria portuguesa – as suas relações com o Estado, com a Igreja, os seus modos de influência, a sua relação com o processo de secularização e de laicidade. Considera, com pertinência, o pensamento e a acção das elites secularizadas e analisa a importância e a progressão de outras sociedades religiosas: do judaísmo, dos múltiplos grupos protestantes: aspectos da sua doutrina, da sua acção, das suas práticas, das suas formas de evangelização.

Sublinhe-se, no entanto, como afirma Luís Aguiar Santos, “a fraca tendência do universo religioso português para a constituição de grupos e igrejas vigorosos”. Assim sendo, compreende-se a ultrafragmentação do campo religioso. A esta, luz são referidas, por



exemplo, as religiões difusas como as correntes místicas, a implantação do espiritismo e a existência das correntes esotéricas que atravessaram as fronteiras e comportam uma dimensão europeia.

E que lugar e acção institucional, doutrinal e ideológica desempenham as igrejas ortodoxas, os muçulmanos, os hindus, as “escolas orientais”, os grupos ligados à religiosidade afro-brasileira?

Em face dos úteis dados estatísticos apresentados, que permitem a leitura quantitativa e uma análise qualitativa, é clara essa diversidade e pluralidade religiosas, em Portugal. Porém, essa diferenciação e convivência, atributos da dinâmica do universo religioso português, bem traçados nesta última parte da obra, são efeitos, a um tempo, de conflituosidade mas também são frutos de tolerância. Uma reflexão que exige ainda estudos mais alargados e aprofundados.

Em conclusão:

Eis um livro importante, vigoroso e rigoroso. Um trabalho de historiadores do contemporâneo.

Os autores desta obra, notável contribuição para a historiografia portuguesa, obra de referência fundamental, utilizaram com rigor as suas formulações de ordem científica, legaram-nos a sua problematização teórica, ilustraram-na com dados factuais e anunciaram objectivos que servirão, por certo, de enquadramento às reflexões do leitor e a novas e desejáveis investigações e trabalhos futuros. É agora o momento do leitor, do cidadão, ter um papel activo – reflexivo, interpretativo, questionante – nesta problemática que é de sempre e de hoje.

*Religião e Secularização* – não é este diálogo e confronto uma “problematicidade permanente”, um “questionamento ininterrupto” e uma “dialógica sempre renascente”?

Maria Manuela Tavares Ribeiro

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

*DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. de Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001. 4 vols.

Num tempo de excesso de informação, de excesso de ruído (em todos os sentidos da palavra), quando parecem escassear os lugares e os tempos de silêncio e de interiorização, quando o próprio tempo trepidante em que vivemos se acelera (até as crianças vão tendo a noção dessa vertigem) não é fácil exprimir um comentário crítico sobre uma obra tão densa, tão diversa – diremos uma obra a múltiplas vozes.

Constituído por quatro extensos e atraentes volumes, o *Dicionário de História Religiosa de Portugal* é uma obra que faz pensar. É um excelente complemento da *História Religiosa de Portugal*. Constituída por mais de quatrocentas entradas, nela colaboraram cento e setenta e cinco autores, especializados nas mais diversas temáticas, e tem uma singularidade que merece ser realçada: dirigida pelo Professor Carlos Moreira Azevedo, beneficiou da actividade de um grupo de nove coordenadores, reconhecidos estudiosos de diferentes épocas e matérias: Ana Maria Jorge, Ana Maria Rodrigues, António Camões Gouveia, António Matos Ferreira, David Sampaio Barbosa, José da Silva Lima, Luís Filipe Thomaz, Paulo Oliveira Fontes e Samuel Rodrigues.